**A SOLUÇÃO DADA POR MARCIA BARON AO PROBLEMA DA SIMPATIA NA *A METAFÍSICA DOS COSTUMES* DE KANT**

 Hortênsia Teresa Tomaz da Silva[[1]](#footnote-1)

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivos (1) expor o problema da simpatia na *A Metafísica dos Costumes* de Kant e (2) apresentar a solução proposta por Marcia Baron para tal problema em *Kantian Ethics Almost Without Apology*. A solução encontrada por Baron para o problema da simpatia irá consistir em afirmar que os impulsos de simpatia direcionam a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las. Na medida em que os impulsos de simpatia direcionam a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas para as maneiras como podemos socorrê-las, tais impulsos cumprem o papel moral, portanto, de nos ajudar a identificar onde a ação moral é necessária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Kant. agir moral. simpatia. problema. Marcia Baron.

**THE SOLUTION GIVEN BY MARCIA BARON TO THE PROBLEM OF SYMPATHY IN KANT'S *METAPHYSICS OF MORALS***

**ABSTRACT:** This articleaims to (1) expose the problem of sympathy in Kant’s *The* *Metaphycis of Morals* and (2) present the solution proposed by Marcia Baron to such a problem in *Kantian Ethics Almost Without Apology*. Baron´s solution to the problem of sympathy will consist in claiming the sympathetic impulses direct our attention to the needs of other people and the ways in which we can help them, such impulses fulfil the moral role, therefore, of helping us to identify where moral action is needed.

**KEYWORDS:** Kant. act moral. sympathy. problem. Marcia Baron.

**1. Introdução**

 Podemos afirmar que o agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo, como foi atestado pela *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e pela *Crítica da Razão Prática*. E a *A Metafísica dos Costumes* de Kant não foge a essa regra, o que ficará claro com a definição de virtude fornecida por Kant na referida obra.

 Na *A Metafísica dos Costumes* Kant irá nos apresentar a simpatia, definida pelo mesmo como sendo partilhar a alegria e partilhar o sofrimento. Partilhar a alegria e partilhar o sofrimento são compreendidos, por sua vez, como sendo sentimentos sensoriais de prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor alheios. Ou seja, a simpatia é um sentimento de partilha por meio do qual compartilhamos com o outro a sua alegria e o seu sofrimento, de tal modo sentimos prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor do outro.

 Na medida em que, por meio da simpatia, sentimos prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor do outro, nos tornamos mais propensos à prática de atos de caridade, uma vez que ao ajudarmos alguém que esteja necessitado, por exemplo, sentimos prazer com a alegria ou satisfação que foi proporcionada ao outro por meio da nossa ajuda. Podemos afirmar, portanto, que a simpatia realiza uma espécie de fomento à prática de atos de caridade, o que ficará claro com a afirmação de Kant segundo a qual constitui um dever especial a utilização da simpatia para fomentar a benevolência ativa e racional, ou, em outras palavras, para fomentar atos de caridade.

 O problema da simpatia na *A metafísica dos Costumes* está na afirmação feita por Kant em tal obra segundo a qual a simpatia constitui um dos impulsos que a natureza inscreveu em nós a fim de que façamos aquilo a que a representação do dever por si só não nos conduziria a fazer. Isso porque tal afirmação pode nos levar à interpretação errônea de acordo com a qual Kant pretende caracterizar a simpatia na *A Metafísica dos Costumes* enquanto sendo um incentivo moral, ou seja, enquanto sendo algo por meio do qual o indivíduo é impulsionado a agir.

 No entanto, tal interpretação é equivocada, pois como vimos o agir moral em Kant e também na *A Metafísica dos Costumes* é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo. Portanto, a simpatia na *A Metafísica dos Costumes* não pode ser interpretada enquanto sendo um incentivo moral, pois o agir moral em Kant prescinde de quaisquer incentivos que não seja única e exclusivamente a própria lei moral considerada por si mesma.

Se admitíssemos a simpatia como cumprindo a função de um incentivo moral na *A Metafísica dos Costumes* estaríamos entrando em contradição com o sentido de moralidade em Kant e também com o sentido de moralidade na referida obra. Dessa maneira, faz-se necessário que busquemos uma alternativa de interpretação para a passagem da simpatia na *A Metafísica dos Costumes* que possa ser acomodada, sem contradição, na filosofia moral kantiana.

 Tal interpretação terá lugar, no presente artigo, na solução proposta por Marcia Baron ao problema da simpatia na *A Metafísica dos Costumes* em *Kantian Ethics Almost Without Apology* (1995), mais especificamente no capítulo Sympathy and Coldness in Kant’s Ethics. Na primeira parte de tal capítulo, Baron irá abordar alguns equívocos acerca da visão de Kant, quais sejam, (1) que Kant sustenta que as inclinações (e todo outro afeto) são ruins e (2) que Kant sustenta que não somos responsáveis por nossas inclinações e emoções porque (3) somos passivos em relação a eles.

Na segunda parte do capítulo Baron irá apresentar uma proposta de solução para o problema da simpatia na *A Metafísica dos Costumes*. Tal solução irá consistir em afirmar que os impulsos de simpatia devem ser compreendidos não como força motriz, ou seja, como um incentivo moral, mas como nos auxiliando a realizar atos específicos de ajuda ao próximo. Tais impulsos nos ajudariam a direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las, nos dotando de uma sensibilidade que de outra forma não teríamos e que é necessária, segundo Baron, para percebermos onde a ajuda é necessária. Na medida em que os impulsos de simpatia nos ajudam a direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras com podemos socorrê-las, o papel moral de tais impulsos irá consistir, então, em nos ajudar a identificar onde a ação moral é necessária.

**2. O agir moral na *A Metafísica dos Costumes***

O agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo[[2]](#footnote-2), como podemos atestar pela *GMS*[[3]](#footnote-3).

Que os intuitos que possamos ter por ocasião de <nossas> ações, e os seus efeitos, enquanto fins e molas propulsoras da vontade, não possam conferir às ações qualquer valor incondicionado e moral, ficou claro a partir do que foi dito acima. Onde, pois, pode residir esse valor se ele não deve estar na vontade em relação com o esperado efeito delas? Ele não pode estar em outro lugar *senão no princípio da vontade*, abstração feita dos fins que possam ser efetuados por tal ação; pois a vontade está bem no meio entre seu princípio *a priori*, que é formal, e sua mola propulsora *a posteriori*, que é material, por assim dizer numa bifurcação, e, visto que a vontade tem, no entanto, de ser determinada por alguma coisa, então ela terá de ser determinada pelo princípio formal do querer em geral quando uma ação ocorre por dever, visto que lhe foi subtraído todo princípio material (GMS, AA 04: 400).

E também pela *KpV*.

O essencial de toda a determinação da vontade pela lei moral é que ela, enquanto vontade livre – por conseguinte, não apenas independente do concurso de impulsos sensíveis mas, mesmo com a rejeição de todos eles e pela ruptura com todas as inclinações, na medida em que pudessem contrariar aquela lei –, é determinada simplesmente pela lei (KpV, AA 05: 72).

O essencial de todo o valor moral das ações depende de **que a lei moral** **determine imediatamente** **a vontade.** Com efeito, se a determinação da vontade acontecer **conforme** à lei moral, mas somente através de um sentimento, seja ele de que espécie for e que tenha de ser pressuposto para que a lei moral se torne um fundamento determinante suficiente da vontade, por conseguinte não **por causa da lei**, nesse caso a ação em verdade conterá **legalidade** mas não **moralidade** (KpV, AA 05: 71/72).

E a *MS* não foge a essa regra, o que ficará claro com a definição de virtude que será oferecida por Kant na referida obra.

A virtude, segundo Kant, é “a força da máxima no cumprimento do dever” (MS, AA 06: 394). A virtude envolve uma “coerção segundo um princípio de liberdade interna, portanto, por meio da mera representação do seu dever segundo a lei formal do mesmo” (MS, AA 06: 394). O dever de virtude, dessa maneira, se “baseia somente numa autocoerção livre” (MS, AA 06: 383). Ou seja, o agir virtuoso na *MS* implica que o indivíduo tem a sua vontade determinada meramente pela lei moral (dever), que ele escolhe dá a si próprio[[4]](#footnote-4) segundo um princípio da liberdade interna, sem que para tanto tal indivíduo tenha sido determinado ou incentivado por inclinações sensíveis ou sentimentos.

Dessa maneira, agir virtuosamente na *MS* é agir moralmente, pois como vimos o agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a consequente exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo.

**3. O problema da simpatia na *A Metafísica dos Costumes***

 A simpatia é definida na *MS*, mais especificamente na Doutrina da Virtude, como sendo “partilhar a alegria e partilhar o sofrimento (*sympathia moralis*)” (MS, AA 06: 456). Partilhar a alegria e partilhar o sofrimento são, por sua vez, sentimentos sensoriais de prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor alheios[[5]](#footnote-5).

Partilhar a alegria e partilhar o sofrimento (*sympathia moralis*) são, em boa verdade, sentimentos sensoriais de prazer ou desagrado (que hão-de, portanto, chamar-se estéticos) pelo estado de satisfação ou de dor alheios (simpatia, sentimento de partilha), sentimentos para os quais a natureza dispôs nos homens a receptividade (MS, AA 06: 456).

 Ou seja, a simpatia é um sentimento de partilha por meio do qual compartilhamos com o outro a sua alegria e a sua tristeza, de tal modo que sentimos prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor do outro.

 Na medida em que a simpatia faz com que sintamos prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor do outro, a posse da mesma pode fazer com que nos tornemos mais propensos à prática de atos de caridade, uma vez que sendo a simpatia um sentimento de partilha, ao ajudarmos alguém que esteja necessitado, por exemplo, sentimos prazer com a sua satisfação ou alegria que foi proporcionada pela nossa ajuda. Podemos afirmar, portanto, que a simpatia realiza uma espécie de fomento à prática de atos de caridade, o que ficará claro com a afirmação de Kant na *MS* segundo a qual a utilização da simpatia como meio para fomentar a benevolência ativa e racional, ou, em outras palavras, para fomentar atos de caridade, constitui um dever especial.

Mas utilizá-los como meios para fomentar a benevolência activa e racional é, todavia, um dever especial, se bem que apenas condicionado, que tem o nome de humanidade (*humanitas*): porque o homem é aqui considerado não apenas como um ser racional, mas também como um animal dotado de razão (MS, AA 06: 456)[[6]](#footnote-6).

 Além de afirmar que a utilização da simpatia para fomentar a benevolência ativa e racional constitui um dever especial, Kant irá afirmar também que é dever a participação ativa no destino do outro, de modo que, tendo em vista tal fim (de participação no destino do outro), constitui um dever indireto cultivar em nós próprios os sentimentos estéticos de compaixão, ou, em outras palavras, de simpatia.

Mas, mesmo não constituindo em si mesmo dever partilhar com outrem o sofrimento e, portanto, também a alegria, já constitui, no entanto, dever a participação activa no seu destino, e, por conseguinte, constitui um dever indirecto para esse fim cultivar em nós próprios os sentimentos naturais (estéticos) de compaixão e utilizá-los a cada um deles como meios para a participação que decorre de princípios morais e do sentimento que lhes é correspondente (MS, AA 06: 457).

 Dessa maneira, será um dever não evitar os lugares onde se encontram os pobres, mas sim procurá-los; não fugir das enfermarias ou dos cárceres para devedores a fim de evitar o sentimento de simpatia. Com relação a esta última, ou seja, à simpatia, Kant irá afirmar que ela é um dos impulsos que a natureza nos dotou a fim de que façamos aquilo que o dever por si só não nos conduziria a fazer.

Assim, constitui dever: não evitar os lugares onde se encontram os pobres, mas sim procurá-los; não fugir das enfermarias ou dos cárceres para devedores e semelhantes, para evitar esse doloroso sentimento de simpatia, impossível de conter: porque este sentimento é, sem dúvida, um dos impulsos que a natureza inscreveu em nós a fim de que façamos aquilo a que a representação do dever por si só não nos conduziria a fazer (MS, AA 06: 457).

 O problema da simpatia na *MS* está precisamente na afirmação feita por Kant na passagem acima segundo a qual a simpatia constitui um impulso que a natureza nos dotou a fim de que façamos aquilo que o dever por si só não nos conduziria a fazer. Isso porque tal afirmação pode nos levar à interpretação errônea segundo a qual Kant considera a simpatia como sendo um incentivo moral na *MS*, ou seja, como motivando o indivíduo à prática de ações morais, no caso específico, à prática de ações caridosas.

 A referida interpretação é errônea, pois como vimos o agir moral em Kant e na *MS* é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou mesmo incentivo. Ou seja, a moralidade em Kant exige que a lei moral seja suficiente por si só para a determinação da vontade. Dessa maneira, se admitíssemos a simpatia na *MS* enquanto constituindo um incentivo moral que motiva o indivíduo adequadamente na direção do cumprimento do dever, estaríamos entrando em forte contradição com o sentido de moralidade em Kant, e também com o sentido de moralidade na *MS*, que exige que a lei moral seja por si só suficiente para a determinação da vontade, com a consequente exclusão de quaisquer incentivos que não seja a própria lei moral.

 Portanto, a simpatia não pode constituir um incentivo moral na *MS*, pelas razões expostas acima. Dessa maneira, faz-se necessário que busquemos uma alternativa de interpretação para a simpatia na *MS* que possa ser acomodada adequadamente na moralidade kantiana, sem que haja uma contradição entre ambas, ou seja, entre tal interpretação alternativa e o sentido de moralidade em Kant, que é o mesmo sentido, como já vimos, presente na *MS*.

 Tal interpretação alternativa terá lugar, no presente artigo, na solução proposta por Baron para a questão da simpatia na *MS*, que veremos mais detalhadamente na seção que se segue abaixo.

**4. A solução dada por Baron ao problema da simpatia na *A Metafísica dos Costumes***

Na primeira parte do capítulo *Sympathy and Coldness in Kant’s Ethics*, do livro *Kantian Ethics Almost Without Apology* (1995), Marcia Baron irá abordar três equívocos sobre a visão de Kant, quais seja, (1) que Kant sustenta que as inclinações (e todo outro afeto) são ruins e (2) que Kant sustenta que não somos responsáveis por nossas inclinações e emoções porque (3) somos passivos em relação a elas.

 Segundo Baron, Kant é amplamente lido como acreditando que as inclinações são ruins. E, de fato, passagens da *GMS* e da *KpV* confirmariam tal leitura[[7]](#footnote-7). No entanto, Baron pontua que em obras posteriores Kant afirma explicitamente que as inclinações não são genericamente ruins. A posição de Kant em seus trabalhos posteriores de ética – a *Rel*.; a *MS* e a *Anth* não é que as inclinações seriam ruins por si mesmas, mas que apenas devemos controlá-las.

 Para Baron, muito embora possa haver um contraste entre a visão de Kant na *GMS* e na *KpV* com relação às obras posteriores, um olhar mais atento sobre os dois primeiros trabalhos revelam que o principal problema prático de Kant em tais obras é o mesmo que ele expressa nas obras posteriores: devemos controlar as nossas inclinações, não permitindo que elas nos controlem e sejam “ouvidas” como desafiadoras ao dever.[[8]](#footnote-8)

 Ou seja, com relação ao ponto (1), Baron irá concluir que as inclinações não são ruins por si mesmas. Elas apenas se tornam um problema quando as transformamos em fundamento de determinação da nossa vontade ou incentivo à mesma. Dessa maneira, as inclinações devem ser controladas a fim de que não sejam aquilo que determina a vontade do indivíduo ou lhe serve de incentivo, uma vez que tal vontade deverá ser determinada unicamente pela lei moral.

 Com relação ao ponto (2) Baron irá argumentar, basicamente, que para Kant pode ser que apenas ter um sentimento não seja algo que Kant vê como moralmente censurável. No entanto, o que Kant reconheceria é que temos responsabilidade por abrigar, cultivar ou deixar de cultivar certos sentimentos e por tomar os desejos como razões para agir.

 No que diz respeito ao ponto (3) Baron irá negar que para Kant somos passivos com relação aos nossos sentimentos. Pelo contrário, segundo a autora, para Kant podemos ter um papel ativo em relação aos mesmos. A fim de sustentar a sua defesa de que para Kant não somos passivos com relação aos nossos sentimentos, Baron irá se basear em dois argumentos, quais sejam, na distinção entre sensibilidade (a sensibilidade não envolve passividade, enquanto que o sentimentalismo sim) e sentimentalismo e na ideia de que central para a teoria da agência de Kant é que um incentivo qualquer apenas determina a vontade na medida em que o indivíduo tenha incorporado em sua máxima tal incentivo. Incorporar um incentivo na máxima implica um papel ativo e não passivo com relação aos incentivos que se possam apresentar.

 Na segunda parte do capítulo em questão, a fim de oferecer uma solução para a questão da simpatia na *MS*, Baron irá começar por analisar a passagem da simpatia na qual Kant irá afirmar que tal sentimento[[9]](#footnote-9) constitui um dos impulsos que a natureza nos dotou a fim de que façamos aquilo que o dever por si só não nos conduziria a fazer.

 Baron atenta para o fato de que a afirmação de Kant segundo a qual a simpatia constitui um impulso que a natureza nos dotou para que façamos aquilo que o dever por si só não nos conduziria a fazer pode nos levar à interpretação errônea segundo a qual os impulsos de simpatia podem fazer com que nos importemos com o que a moralidade exige, quando não temos tal comprometimento, sendo a simpatia vista, dessa maneira, como um incentivo moral. E mesmo em se tratando de um agente moral comprometido, observa a autora, o que a moralidade exige pode ser muito difícil, devendo os impulsos de simpatia, de acordo com tal interpretação errônea, ajudar em tais casos.

 Segundo Baron, muito embora tal interpretação equivocada se encaixe com a passagem da Doutrina da Virtude acerca da simpatia, em que Kant parece, de fato, caracterizar a simpatia como sendo um incentivo moral na *MS*, ela leva aos seguintes problemas, quais sejam, (1) tal interpretação viola a teoria da liberdade de Kant ao supor que o indivíduo não é capaz de fazer o que a moralidade exige sem o auxílio dos impulsos de simpatia e (2) ela advoga que o indivíduo tem que buscar razões não-morais para fazer o que a moralidade exige.

 No entanto, como vimos o agir moral em Kant e também na *MS* exige que a lei moral seja suficiente para a determinação da vontade, com a exclusão, enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo, de quaisquer incentivos que não seja a própria lei moral unicamente. Os impulsos de simpatia não podem, portanto, tendo em vista o agir moral em Kant e na *MS*, cumprir o papel de incentivo moral, isto é, a simpatia na *MS* não pode ser interpretada como sendo aquilo que motiva o indivíduo a agir na direção do dever, pois para Kant aquilo que unicamente pode motivar a vontade na direção do dever é a própria lei moral por si mesma.

 A solução encontrada por Baron para o problema da simpatia na *MS* irá consistir em afirmar que a simpatia não cumpre o papel de força motriz, ou seja, de incentivo moral, mas sim de nos auxiliar a realizar atos específicos de ajuda ao próximo. Os impulsos de simpatia nos ajudam a direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las. Nesse sentido, segundo Baron, os impulsos de simpatia nos dotam de uma sensibilidade que de outro modo não teríamos e que é necessária para sabermos onde a ajuda é necessária. Sensibilidade essa que será, para Baron, necessária para percebermos onde a ajuda é necessária.[[10]](#footnote-10) Na medida em que os impulsos de simpatia nos ajudam a direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las, tais impulsos cumprem o papel moral, em suma, de nos ajudar a identificar onde ação moral é necessária.

**5. Considerações Finais**

O presente artigo teve por objetivos (1) expor o problema da simpatia na *A Metafísica dos Costumes* de Kant e (2) apresentar a solução proposta por Marcia Baron para tal problema em *Kantian Ethics Almost Without Apology*.

 Foi afirmado que o agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo, o que foi constatado pela *GMS* e pela *KpV*. E foi afirmado também que tal sentido de moralidade é preservado na *MS*. Ou seja, o agir moral na *MS* é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a consequente exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade ou incentivo.

 Na *MS*, mais especificamente na Doutrina da Virtude, Kant apresentou a simpatia, compreendida como sendo “partilhar a alegria e partilhar o sofrimento”. Partilhar a alegria e partilhar o sofrimento foi descrito por Kant como sendo sentimentos sensoriais de prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor alheios. Nesse sentido, afirmamos que a simpatia é um sentimento de partilha por meio do qual compartilhamos com o outro a sua alegria e a sua tristeza, de tal modo que sentimos prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor do outro.

 Na medida em que, por meio da simpatia, sentimos prazer ou desagrado pelo estado de satisfação ou de dor do outro, podemos nos tornar mais propensos à prática de atos de caridade. Dessa maneira, foi afirmado que a posse da simpatia realiza uma espécie de fomento à prática de atos de caridade, o que ficou claro pela afirmação de Kant na *MS* segundo a qual é um dever especial utilizar a simpatia a fim de fomentar a benevolência ativa e racional, ou seja, em outras palavras, a fim de fomentar atos de caridade.

 Mostramos que foi afirmado por Kant em passagem da *MS* que a simpatia constitui um dos impulsos que a natureza nos dotou a fim de que façamos aquilo que a representação do dever por si só não nos conduziria a fazer. Foi dito que o problema da simpatia na *MS* está precisamente na referida passagem. Isso porque a afirmação feita por Kant em tal passagem pode nos levar à interpretação errônea segundo a qual Kant pretende caracterizar a simpatia na *MS* como sendo um incentivo moral, ou seja, como motivando o indivíduo a agir moralmente, no caso específico, a praticar atos de caridade.

 Como foi defendido no presente artigo, tal interpretação é errônea, pois o agir moral em Kant, e também na *MS*, é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer outros incentivos que não seja a própria lei moral por si mesma. Dessa maneira, se admitíssemos a simpatia na *MS* enquanto constituindo, de fato, um impulso, ou, em outras palavras, um incentivo moral que motiva o indivíduo adequadamente na direção do cumprimento do dever, estaríamos entrando em forte contradição com o sentido de moralidade em Kant e também na *MS*, haja vista que o sentido de moralidade em Kant enquanto sendo aquele em que o indivíduo é determinado e motivado unicamente pela lei moral é o mesmo sentido de moralidade constante na *MS*.

Portanto, não podemos entender a simpatia na *MS* como cumprindo o papel de um incentivo moral. Assim sendo, foi necessário buscarmos uma alternativa de interpretação para a simpatia na *MS* que pudesse ser acomodada na filosofia moral kantiana sem que houvesse uma contradição entre ambas, ou seja, entre tal interpretação alternativa e a filosofia moral kantiana.

 Tal alternativa de interpretação teve lugar, no presente artigo, na solução proposta por Baron no capítulo *Sympathy and Coldness in Kant’s Ethics*. Na primeira parte de tal capítulo Baron irá abordar alguns equívocos sobre a visão de Kant, quais sejam, (1) que Kant sustenta que as inclinações (e todo outro afeto) são ruins e (2) que Kant sustenta que não somos responsáveis por nossas inclinações e emoções porque (3) somos passivos em relação a eles.

 Na segunda parte do referido capítulo, Baron irá apresentar uma proposta de solução para o problema da simpatia na *MS*. Proposta essa que consistirá em afirmar que os impulsos de simpatia na *MS* não devem ser entendidos como força motriz, ou seja, como incentivo moral, mas sim como cumprindo o papel de nos auxiliar a realizar atos específicos de ajuda ao próximo. Isso porque os impulsos de simpatia nos ajudariam a direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las, nos dotando de uma sensibilidade que, para Baron, de outra forma não teríamos e que é necessária para sabermos onde a ajuda é necessária. Na medida em que os impulsos de simpatia nos ajudam a direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las, o papel moral de tais impulsos irá consistir, portanto, em nos ajudar a identificar onde a ação moral se faz necessária.

**Referências:**

BARON, Marcia. *Kantian Ethics Almost Without Apology*. Cornell University, 1995.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. introdução e notas de Guido Antônio de Almeida. Barcarolla/Discurso, 2009.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Trad. introdução e notas de Valerio Rohden. Martins Fones, 2017.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. Trad. apresentação e notas de José Lamego. Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.

1. Doutoranda em Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Área de concentração: História da Filosofia. Com interesse principalmente na obra de Immanuel Kant. [↑](#footnote-ref-1)
2. Sobre o agir moral na *GMS* e na *KpV* prescindir das inclinações sensíveis temos o seguinte trecho de Baron (1995): “Given the projects of the second *Critique* and *Groundwork*, it is not surprising that Kant would in those works emphasize how unsuited inclinations (and everything affective) are to serving a foundational role in morality. In those works he seeking to show that moral motivation does not require that aid of inclination and that the supreme principle of morality can and must have a purely nonempirical foundation” (BARON, 1995, p.203). [↑](#footnote-ref-2)
3. As abreviações das obras de Kant citadas no presente artigo serão as seguintes: *GMS* (*Grundlegung der Metaphysik der Sitten*) – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*; *KpV* (*Kritik der praktischen Vernunft*) – *Crítica da Razão Prática*; *MS* (*Die Metaphysik der Sitten*) – *A Metafísica dos Costumes; Anth* (*Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*) – *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e *Rel*. (*Die religion innerhalb der Grenzen der blossen*). [↑](#footnote-ref-3)
4. Dar a si próprio uma lei (a lei moral) segundo a qual se deverá agir constitui o conceito de autonomia da vontade. “A autonomia da vontade é a qualidade da vontade pela qual ela é uma lei para si mesma (independentemente de toda qualidade dos objetos do querer)” (GMS, AA 04: 440). [↑](#footnote-ref-4)
5. Cf. MS, AA 06: 456 [↑](#footnote-ref-5)
6. Aqui Kant se refere aos sentimentos sensoriais de simpatia. [↑](#footnote-ref-6)
7. Segundo Baron, também existem passagens na Antropologia que, se lidas isoladamente, parecem confirmar que, para Kant, tudo o que é afetivo é ruim. [↑](#footnote-ref-7)
8. Cf. BARON, 1995, p.203 [↑](#footnote-ref-8)
9. Kant irá denominar a simpatia de sentimento. Cf. MS, AA 06: 456 [↑](#footnote-ref-9)
10. “The role of sympathetic feelings now clearly emerges: our sympathetic feelings help to prompt us to perform specific acts of helping others. They help to direct our interest and our attention to the needs of particular others and to ways we might help. One might plausibly add (although the text neither supports nor conflicts with this) they provide us with sensitivity that we would not otherwise have and that is needed for us to notice where help is needed” (BARON, 1995, p.219). [↑](#footnote-ref-10)